



SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 775/25

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal;
 - Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação;
 - Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação;
 - Lei Federal nº 13.186, de 11 de novembro de 2015, que institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável.
 - Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020, que institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF.;
 - Lei Orgânica do Município de São Paulo;
 - Lei Municipal nº 11.828, de 26 de junho de 1995, que dispõe sobre a introdução de Estudos Básicos de Direitos do consumidor nas escolas como conteúdo curricular;
 - Lei Municipal nº 14.433, de 12 de junho de 2007, que dispõe sobre a inclusão de tema relativo à conscientização ética e a responsabilidade e poder da cidadania nas atividades escolares da rede municipal de ensino;
 - Lei Municipal nº 16.271, de 17 de setembro de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo;
- Lei Municipal Nº 16.944, de 28 de junho de 2018, que dispõe sobre a inclusão de conceitos de empreendedorismo na Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 17.979, de 20 de julho de 2023, que dispõe sobre a criação e implantação do Programa de Educação Financeira e Empreendedorismo no Município de São Paulo, e dá outras providências.
- PL 27/25, que dispõe sobre a instituição do Programa de Educação Financeira e Empreendedorismo no âmbito da rede municipal de ensino e dá outras providências.
- PL 6/25, que institui aulas de educação financeira, empreendedorismo e noções básicas de direito extracurricular.
- PLO 2/25, que altera a Lei Orgânica do Município de São Paulo, para acrescentar o inciso VI em seu artigo 203, com a finalidade de incluir o direito à educação financeira na Lei Orgânica do Município.
- PL 159/23, que dispõe sobre a criação e implantação do Programa de Educação Financeira e dá outras providências.
- PL 628/17, que dispõe sobre a instituição do Programa de Educação Financeira Infantil no âmbito da rede municipal de ensino de São Paulo, e dá outras providências (Vetado);
- PL 500/13, que dispõe sobre a inclusão de tema transversal, Educação Financeira, no ensino fundamental e médio das escolas Municipais da Cidade de São Paulo, e dá outras providências (Vetado);

Sendo assim, à Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 30 de outubro de 2025 .

Juliana Trindade
Procuradora Legislativa
OAB/SP 232.414

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068